



Dezembro 2018

Ano 29

Nº 4

Diretor José Poças Esteves

SaeR – Sociedade de Avaliação
Estratégica e Risco, Lda
Rua Luciano Cordeiro, 123 – 4E, 1050-139 Lisboa,
Portugal
Tel. +351 213 030 830
Fax. +351 213 030 839 •
saer@saer.pt • www.saer.pt

Venda exclusiva por assinatura
Registo de empresa de DGCS: 213.682
Número de publicação: 113.683

Relatório trimestral

SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA
E DOS NEGÓCIOS

Neste 4º trimestre, o padrão relevante para referenciar os acontecimentos emerge como mudança estrutural, provocada não por forças externas portadoras de um projeto de ordem mundial alternativo mas por fatores internos aos EUA e à Europa, o que justifica que o “mundo antigo” tenha morrido sem que o “mundo novo” possa nascer. Neste contexto, as perspetivas económicas configuram um cenário de desaceleração mais intenso do que esperado, e cujas intensidade e faseamento no tempo constituem incertezas relevantes.

Neste número:

- *A crise de Gramsci*
- *Perspetiva económica*
- *O Hypercluster da Economia do Mar: uma estratégia para Portugal. As linhas de fundo e a atualidade, 10 anos depois.*
- *A Nova Rota da Seda, a visão da China e Economia do Mar em Portugal*

Editorial

O que fica

A crise de Gramsci

Sem a participação estratégica dos EUA, que desiste da sua função de poder hegemónico e se refugia no isolacionismo do poder nacional, e sem o complemento funcional de uma Europa integrada articulada com a função orientadora e reguladora dos EUA, o padrão de ordem mundial que emergiu da Segunda Guerra Mundial e que foi consolidado com o fim da Guerra Fria deixou de existir, ficou paralisado com a rutura dos seus dois alicerces principais.

Esta mudança estrutural não foi provocada por forças externas que sejam portadoras de um projeto de ordem mundial alternativo que preencha o vazio criado. Esta mudança foi provocada por fatores internos aos EUA e à Europa, o que justifica que o “mundo antigo” tenha morrido sem que o “mundo novo” possa nascer. Este é o padrão relevante para referenciar os acontecimentos deste último trimestre.

Análise de Conjuntura

Perspetiva económica

Em meados do Inverno, as perspetivas da evolução económica internacional configuravam um cenário de desaceleração mais intenso do que era esperado. A intensidade e o seu faseamento no tempo constituem incertezas relevantes.

A perceção pelos EUA de que o desenvolvimento científico e tecnológico chinês, em particular nos domínios da Inteligência Artificial e do próximo nível de telecomunicações 5G, porá em causa a supremacia tecnológica e militar norte-americana a médio prazo configura um elemento chave, contribuindo para a desaceleração da economia global e o clima de incerteza acrescida.

De incertezas continua a fazer-se a evolução europeia. Entre outras questões políticas e económicas que afetam a UE e a Zona Euro, relevem-se os casos da França e do Brexit.

Não é surpresa portanto que, neste contexto internacional e europeu pleno de incertezas e crescentemente desfavorável, o quadro das perspetivas para Portugal, quer em termos económicos, quer em termos políticos, se veja agravado.

Páginas 18 a 25

Tema de Fundo

O Hypercluster da Economia do Mar: uma estratégia para Portugal. As linhas de fundo e a atualidade, 10 anos depois

A Economia do Mar em Portugal tem vindo a revelar uma dinâmica e uma capacidade acima da média nacional, no apoio ao crescimento da economia portuguesa.

O estudo “O Hypercluster da Economia do Mar – Um domínio de potencial estratégico para o desenvolvimento da Economia Portuguesa” constituiu e continua a constituir um marco histórico do pensamento estratégico português e da estratégia nacional para aproveitamento do mar como um recurso endógeno fundamental para Portugal e para o seu futuro económico e político. 10 anos depois, e pela sua atualidade, vale a pena relembrar as linhas orientadoras de fundo desse estudo, tal como definidas na altura pelo seu coordenador, o saudoso Professor Ernâni Rodrigues Lopes.

Páginas 26 a 28

Geopolítica e Prospetiva

A Nova Rota da Seda, a visão da China e Economia do Mar em Portugal

A China de Xi Jinping apresenta uma nova estratégia internacional assente em 4 diretrizes principais: o reforço do multilateralismo; cooperação internacional; maior inclusão e harmonia entre as civilizações e desenvolvimento de uma forma racional da ONU. O objetivo é desenvolver a produção e o comércio da economia do mar. Além do investimento portuário de Sines e dos restantes portos, existem muitas outras oportunidades empresariais para as empresas portuguesas, as quais se devem posicionar como parte do ecossistema comercial da Nova Rota da Seda Marítima

Em termos geopolíticos, o período atual pode ser descrito como uma crise de hegemonia (“crise de Gramsci”) em que o “mundo antigo” está paralisado, mas o “mundo novo” ainda não existe.

Globalmente, vivemos um contexto de incerteza, não existem referências a um padrão estável e a prospetiva não mobiliza, por falta de uma visão clara e motivadora.

De facto, sem a participação estratégica dos Estados Unidos da América e sem o complemento funcional forte de uma Europa integrada, o padrão de ordem mundial que emergiu da Segunda Guerra Mundial e que foi consolidado com o fim da Guerra Fria ficou paralisado com a rutura dos seus dois alicerces principais.

Em dois anos, Donald Trump desmantelou o padrão de ordem mundial que os Estados Unidos conceberam e construíram, mas não tem nada para colocar no vazio que ficou da demolição.

Destruiu as relações de confiança que estão na base das alianças, pelo que será muito difícil reconstruir uma nova ordem internacional neste vazio.

Por outro lado, nas últimas eleições de Novembro, a polarização extrema da política e da sociedade nos Estados Unidos mostra que aquele que ainda é o poder com superioridade relativa já não é o poder hegemónico, já não produz nem garante uma estrutura de ordem nos fluxos mundiais da globalização.

No caso da Europa, três acontecimentos críticos deste último trimestre de 2018 são ilustrativos deste padrão de incerteza: a evolução do Brexit, o abandono de Ângela Merkel e a revolta nas ruas na França de Macron.

Nestas três situações, é a União Europeia que determinará o que serão as suas resoluções, nem o Reino Unido, nem a Alemanha, nem a França poderão encontrar uma resolução satisfatória na base do nacionalismo. Também só a União Europeia, no seu conjunto, poderá responder à dupla ameaça da Rússia e dos Estados Unidos, aliados no seu objetivo de fragmentar a Europa.

Este contexto político determina e condiciona o contexto económico. As perspetivas da evolução económica internacional configuram um cenário de desaceleração mais intenso do que era esperado. A intensidade e o seu faseamento no tempo constituem incertezas relevantes.

Em termos geopolíticos, o período atual pode ser descrito como uma crise de hegemonia (“crise de Gramsci”) em que o “mundo antigo” está paralisado, mas o “mundo novo” ainda não existe. Globalmente, vivemos um contexto de incerteza, não existem referências a um padrão estável e a prospetiva não mobiliza, por falta de uma visão clara e motivadora.



Em Portugal, o quadro das perspetivas, quer em termos políticos, quer em termos económicos, vê-se agravado, neste contexto internacional e europeu pleno de incertezas e crescentemente desfavorável, dado o elevado grau de exposição da economia portuguesa e a inserção (geo)política de Portugal.

No entanto, em todo este contexto, Portugal mantém o aspeto positivo de constituir um “espaço-refúgio” para pessoas, ativos e atividades. Mas este aspeto apenas suaviza parte das perdas que potencialmente se antecipam. É preciso fazer mais.

Perante este contexto internacional e nacional, é ainda mais importante para Portugal saber o que quer e para onde vai e uma adequada política económica torna-se ainda mais fundamental. Por isso, este Relatório Trimestral trata dois fatores que vão determinar e condicionar esse nosso futuro e a nossa política económica: a Economia do Mar, como um recurso endógeno fundamental e a tendência impossível de não considerar da iniciativa chinesa “one belt, one road”.

Perante este contexto internacional e nacional, é ainda mais importante para Portugal saber o que quer e para onde vai e uma adequada política económica torna-se ainda mais fundamental.

Por isso, este Relatório Trimestral trata dois fatores que vão determinar e condicionar esse nosso futuro e a nossa política económica: a Economia do Mar, como um recurso endógeno fundamental e a tendência impossível de não considerar da iniciativa chinesa “one belt, one road”.

A Economia do Mar em Portugal tem vindo a revelar uma dinâmica e uma capacidade acima da média nacional, no apoio ao crescimento da economia portuguesa. Por isso, o estudo “O Hypercluster da Economia do Mar – Um domínio de potencial estratégico para o desenvolvimento da Economia Portuguesa”, que constituiu e continua a constituir um marco histórico do pensamento estratégico político e económico português é relembado pela sua atualidade e pela importância da sua consideração.



Por outro lado, a iniciativa da também denominada Nova Rota da Seda constitui uma nova estratégia internacional chinesa que assenta em 4 diretrizes principais: o reforço do multilateralismo; cooperação internacional; maior inclusão e harmonia entre as civilizações e desenvolvimento de uma forma racional da ONU. Esta nova orientação irá, certamente, condicionar e revolucionar o comércio mundial do século XXI, conferindo oportunidades empresariais que têm tanto de atrativo, como também de exigência, na conquista de um posicionamento de afirmação e sustentabilidade nas cadeias de valor globais.

A todos, boas leituras!

A crise de Gramsci

Um trimestre não deixou de ser um período curto, mas os múltiplos fatores de instabilidade e de mudança que convergem neste período curto formam uma mistura explosiva para a qual não há agentes políticos ou quadros institucionais com capacidade para controlar e, menos ainda, para desactivar, o seu potencial de destruição de modo a que seja possível voltar a uma configuração de equilíbrio e de trajetória segura.



Um trimestre é um período curto e, mesmo quando se pode considerar que há uma aceleração do processo histórico, não será frequente encontrar num período tão curto uma clarificação decisiva sobre o que está a ser uma mudança radical do campo de possibilidades. Não é uma mudança do campo de possibilidades que esteja a ser controlada pelos agentes políticos e económicos, porque o que se decide nos planos nacional e regional é perturbado e distorcido pelo que acontece no plano global, do mesmo modo que os acontecimentos que ocorrem nas escalas nacional e regional interferem na concretização dos programas que se aprovam no plano global, ou levam mesmo ao abandono de acordos antes celebrados. Um trimestre não deixou de ser um período curto, mas os múltiplos fatores de instabilidade e de mudança que convergem neste período curto formam uma mistura explosiva para a qual não há agentes políticos ou quadros institucionais com capacidade para controlar e, menos ainda, para desativar, o seu potencial de destruição de modo a que seja possível voltar a uma configuração de equilíbrio e de trajetória segura.

Quando um trimestre, como se verifica neste caso, se integra numa sequência de acontecimentos que foram ocorrendo durante um período longo, as informações mais recentes contribuem para que se possa identificar a tendência em que estes acontecimentos se inscrevem, o que permite esclarecer o que foi a evolução anterior e oferece a base mais segura que se pode ter para estabelecer o que poderá ser a sequência no futuro próximo, num período marcado pela instabilidade e pela incerteza. Os acontecimentos são o que são, têm a sua evidência objetiva, mas também são aquilo com que contribuem para interpretar outros acontecimentos que ocorrem no mesmo período, mesmo que não tenham entre si outras relações para além das que decorrem do facto de serem contemporâneos. É o conjunto destas informações que forma o padrão relevante, tanto para interpretar o passado como para determinar o campo de possibilidades para o futuro.

Esse padrão relevante para interpretar o período atual pode ser descrito como uma crise de hegemonia ou como uma “crise de Gramsci”, em que o “mundo antigo” está paralisado, mas o “mundo novo” ainda não existe. É um contexto em que a memória engana (porque se referencia a um padrão que já não existe) e a

prospetiva não mobiliza nem orienta (porque não há uma visão do futuro que seja clara enquanto não for resolvido o que provoca a paralisação do “mundo antigo”).

O padrão de ordem mundial estruturado pelos Estados Unidos depois de 1945 era um sistema de Estados nacionais regulados por alianças regionais de defesa comum, por instituições internacionais de cooperação e por acordos multilaterais que formulavam as regras e normas de relação entre Estados. Este padrão de ordem mundial, estruturado em espaços, começou por ser perturbado pelo aparecimento de dinâmicas transnacionais que tornaram rapidamente mais relevantes os fluxos (de capitais, de produtos, de pessoas e de serviços) e fizeram desaparecer o tradicional efeito diferenciador que era imposto pelas fronteiras nacionais e pelos poderes políticos que asseguravam a regulação das relações económicas e sociais dentro de cada espaço nacional.

Esta passagem de uma ordem mundial internacional para uma ordem mundial globalizada exigia a formação de novos quadros institucionais que pudessem responder à nova importância da dinâmica dos fluxos, na medida em que estes já não podiam ser regulados por dispositivos que foram concebidos para relações entre Estados nacionais. Aquela passagem, que tinha como agente estratégico central os Estados Unidos e como principal inovação institucional o processo de integração europeia (para acabar com a fatalidade da guerra na Europa e para criar uma plataforma estratégica com dimensão para operar na escala da globalização), é posta em causa com a decisão unilateral dos Estados Unidos (depois da eleição de Donald Trump) de abandonar as redes de alianças com que tinham estruturado o padrão de ordem mundial, mas também com a evolução interna na União Europeia depois da crise de 2008 (que revelou as insuficiências dos quadros institucionais da UE, sem capacidade para produzir uma resposta europeia que superasse e integrasse as particularidades das questões nacionais em quadros institucionais e programas que fossem supranacionais), até se chegar à decisão do Reino Unido de sair da UE e ao renascimento de forças políticas e sociais que propõe valores nacionalistas e racistas, dois movimentos que fragmentam a União Europeia e impedem que possa ter um papel ativo e consistente nas condições económicas da globalização. Estes são processos internos europeus, mas que têm o apoio da Rússia (que assim consegue perturbar a evolução europeia com mais eficácia do que alguma vez esteve ao alcance da União Soviética, mesmo com o apoio instrumental dos partidos comunistas na Europa) e, desde a eleição de Trump, o apoio ativo

O padrão relevante, tanto para interpretar o passado como para determinar o campo de possibilidades para o futuro pode ser descrito como uma crise de hegemonia ou como uma “crise de Gramsci”, em que o “mundo antigo” está paralisado, mas o “mundo novo” ainda não existe. É um contexto em que a memória engana e a prospectiva não mobiliza nem orienta.



e expresso dos EUA (o que é uma evolução inesperada para o desenvolvimento da UE).

Sem a participação estratégica dos EUA, que desiste da sua função de poder hegemónico e se refugia no isolacionismo do poder nacional, e sem o complemento funcional de uma Europa integrada articulada com a função orientadora e reguladora dos EUA, o padrão de ordem mundial que emergiu da Segunda Guerra Mundial e que foi consolidado com o fim da Guerra Fria deixou de existir, ficou paralisado com a rutura dos seus dois alicerces principais. Estes acidentes estruturais não foram provocados por forças externas que sejam portadoras de um projeto de ordem mundial alternativo que preencha o vazio criado. Estes acidentes estruturais foram provocados por fatores internos aos EUA e à Europa, o que justifica que o “mundo antigo” tenha morrido sem que o “mundo novo” possa nascer. Este é o padrão relevante para referenciar os acontecimentos deste último trimestre, que são ilustrações retrospectivamente clarificadoras de muito do que se passou antes deles e que só agora revelam os seus sentidos e as suas consequências, mas que também são indicadores significativos que permitem deduzir prospectivamente o que são as suas implicações para o futuro imediato.

Sem a participação estratégica dos Estados Unidos, e sem o complemento funcional de uma Europa integrada articulada com a função orientadora e reguladora dos Estados Unidos, o padrão de ordem mundial que emergiu da Segunda Guerra Mundial e que foi consolidado com o fim da Guerra Fria deixou de existir, ficou paralisado com a ruptura dos seus dois alicerces principais.



A CRISE AMERICANA: A AMÉRICA MAIS PEQUENA DE SEMPRE, SEM PROJECTO E SEM ALIADOS

Não era possível ignorar que Donald Trump iria ser um presidente americano incomparável com qualquer outro, porque era simultaneamente ignorante dos assuntos políticos e incompetente no uso dos poderes presidenciais num sistema político estruturado em equilíbrios recíprocos das suas instituições. Sendo um amador em política, a sua ignorância não é diferente da ignorância que se encontra no eleitor comum que, individualmente, expressa necessidades e afirma convicções sem saber como as pode traduzir em decisões políticas concretas. O eleitor comum precisa de representantes políticos, personalidades e partidos, que saibam como passar dessas necessidades e dessas convicções para as realidades políticas efetivas numa sociedade complexa, composta por uma pluralidade de interesses (isto é, múltiplas necessidades e convicções) que têm de ser articulados e validados institucionalmente para se traduzirem em realidades políticas.

Se é um eleitor comum que ocupa a função presidencial, é o sistema político que fica perturbado no seu funcionamento normal, com uma parte da opinião pública a identificar-se com

esse presidente que se comporta como um eleitor comum, mas com a maioria da opinião pública e, sobretudo, os agentes políticos e institucionais a terem de reconhecer que a direção política imposta por esse presidente é errática e inconsequente. A ignorância dos assuntos políticos por parte de um presidente tem como complemento inevitável a incompetência no exercício dos poderes presidenciais, no sentido em que não conseguirá concretizar os objetivos que, na sua atitude de eleitor comum, anuncia.

Donald Trump procura realizar uma antiga agenda do Partido Republicano, de que faz parte a finalidade de reduzir as funções do Estado e o âmbito das políticas públicas, a rejeição de acordos internacionais e a desconfiança em relação às posições e decisões das instituições internacionais – apesar de os Estados Unidos terem sido os principais promotores e os primeiros beneficiados desses acordos e das redes de alianças que sustentavam o seu poder hegemónico.



É verdade que Donald Trump procura realizar uma antiga agenda, que se mantinha oculta ou subentendida, do Partido Republicano e que tem a sua origem remota na afirmação de Ronald Reagan de que “o Estado é sempre o problema, nunca é a solução”. É com a finalidade de reduzir as funções do Estado e o âmbito das políticas públicas que os ideólogos republicanos propõem que se aumente os défices orçamentais (reduzindo impostos) e se aumente a dívida pública (por acumulação de défices orçamentais e por aumento da despesa com programas de infraestruturas e de equipamento militar) para depois poderem justificar a necessidade de reduzir a despesa pública e revogar programas de políticas públicas, com os correspondentes direitos e garantias anteriormente estabelecidos. Também fez sempre parte dessa agenda republicana escondida a rejeição de acordos internacionais e a desconfiança em relação às posições e decisões das instituições internacionais que põem em causa o exercício da soberania nacional que, por definição, não pode aceitar subordinar-se ao multilateralismo dos acordos e das instituições internacionais – apesar de os EUA terem sido os principais promotores e os primeiros beneficiados desses acordos e das redes de alianças que sustentavam o poder hegemónico dos EUA. Ao tentar concretizar esta agenda republicana, agora de modo expresso e visível, Donald Trump torna evidente a sua incompetência política, pois os objetivos que vai atingir serão muito diferentes daqueles que anuncia.

A “América grande outra vez” será a América mais pequena de sempre, porque o seu projeto nacionalista e isolacionista, sem alianças e sem redes de cooperação internacional que projetem o poder dos EUA, reduzirá de tal modo o seu campo de ação e o seu campo de possibilidades que o poder que ainda tem não lhe servirá para muito e nem sequer poderá aproveitar a supremacia relativa que os EUA mantêm em muitos domínios. Em dois anos, Donald Trump desmantelou o padrão de ordem mundial que os EUA conceberam e construíram, mas não tem nada para colocar no vazio que ficou da demolição. Neste processo, Trump destruiu as

Em dois anos, Donald Trump desmantelou o padrão de ordem mundial que os Estados Unidos conceberam e construíram, mas não tem nada para colocar no vazio que ficou da demolição. Destruiu as relações de confiança que estão na base das alianças, pelo que não será possível reconstruir uma nova ordem internacional neste vazio. E quando mostra que quer usar as tarifas alfandegárias para desencadear guerras comerciais, evidencia que não reconhece que os mercados mundiais mudaram radicalmente com a globalização.

Nas eleições de Novembro, a polarização extrema da política e da sociedade nos Estados Unidos mostra que aquele que ainda é o poder com superioridade relativa já não é o poder hegemónico, já não produz nem garante uma estrutura de ordem nos fluxos mundiais da globalização.

● ● ●

relações de confiança que estão na base das alianças, o que significa que não será possível reconstruir uma nova ordem internacional neste vazio. E quando Trump se apresenta a si mesmo como o “Homem Tarifa”, mostrando que quer usar as tarifas alfandegárias para desencadear guerras comerciais, evidencia que não reconhece que os mercados mundiais mudaram radicalmente com a mobilidade dos fatores depois da globalização e que pretende combater numa guerra de trincheiras num tempo em que já há força aérea e mísseis balísticos.

Nas eleições de Novembro, a meio do mandato de Trump, o Partido Republicano é derrotado na Câmara dos Representantes (onde os Democratas ganham 40 lugares em 435 que estavam em disputa, ficando os Democratas com 235 lugares e os Republicanos com 199 lugares, ficando um lugar por atribuir na sequência de uma acusação de fraude eleitoral) mas ganha 2 lugares no Senado (onde apenas 35 lugares de 100 estavam em disputa, ficando os Republicanos com 53 lugares, os Democratas com 45 e ainda 2 independentes). Esta divisão do eleitorado americano revela um alto grau de polarização política, mas que não é apenas eleitoral, pois como ficou ilustrado no funeral de George Bush, a comparação dos antigos presidentes presentes com o atual presidente mostra que há duas Américas, duas concepções do que deve ser a estrutura de ordem no mundo e o papel dos Estados Unidos na sua construção e na sua garantia, sem que haja um projeto que possa articular estas duas concepções de modo a formular uma orientação estratégica consistente. A polarização extrema da política e da sociedade nos EUA mostra que aquele que ainda é o poder com superioridade relativa já não é o poder hegemónico, já não produz nem garante uma estrutura de ordem nos fluxos mundiais da globalização.

A FRAGMENTAÇÃO DA EUROPA NA POLÍTICA, NA ECONOMIA E NA SOCIEDADE

Atacada em duas frentes, pelos EUA e pela Rússia, no que é uma aliança improvável, mas objetivamente eficaz, porque não há um poder europeu que se lhes possa opor, a Europa está a ser fragmentada por processos do mesmo tipo dos que se desenvolveram no fim do império romano e conduziram as sociedades europeias para o longo período regressivo da Idade Média. Deixou de existir a estrutura de ordem mundial dentro da qual das instituições da integração europeia estavam a ser consolidadas, e isso aconteceu quando a política europeia ainda não tinha conseguido resolver a passagem das estruturas nacionais

Três acontecimentos críticos deste último trimestre de 2018: a evolução do Brexit, o abandono de Angela Merkel, e a revolta nas ruas na França de Macron. Nestas três crises, é a União Europeia que determinará o que serão as suas resoluções, nem o Reino Unido, nem a Alemanha nem a França poderão encontrar uma resolução satisfatória na base do nacionalismo. Mas também só a União Europeia, no seu conjunto, poderá responder à dupla ameaça da Rússia e dos Estados Unidos, aliados no seu objetivo de fragmentar a Europa.



(quando os Estados europeus ainda eram metrópoles de impérios) para as estruturas comunitárias (quando o único império possível na Europa é a própria UE). Para além desta crise do padrão de orientação, a Europa é também penetrada pelas migrações de populações em fuga da guerra e da pobreza, quando as tendências demográficas europeias evidenciam a perda de vitalidade da sua população branca, tal como está a acontecer com a população branca nos EUA. Neste quadro, é natural que os sistemas partidários europeus não consigam ajustar os modelos de sociedade estabelecidos no passado às visões do futuro que decorrem do novo campo de possibilidades, o que permite que novos movimentos sociais inorgânicos desagreguem os partidos existentes e deixem as sociedades europeias sem efetiva condução política, e também aqui com o apoio ativo da Rússia e dos EUA.

Três acontecimentos críticos deste último trimestre de 2018 (a evolução do Brexit, o abandono de Angela Merkel, a revolta nas ruas na França de Macron) clarificam o que poderá ser a evolução da crise europeia. O programa da saída do RU da UE é o que mais diretamente ameaça a continuidade da UE e não é porque essa saída inviabilize a UE, mas sim porque dificilmente o RU conseguirá encontrar um programa que permita concretizar essa saída sem incorrer em custos tão elevados que obriguem a reabrir a possibilidade da reintegração. Isto é, o Brexit poderá revelar a necessidade da UE e, por essa via, alterando a natureza da União Europeia, que passará de uma livre associação voluntária (de que se pode sair) para ser vista como uma associação necessária (de que nenhum Estado europeu pode sair sem grave amputação do seu potencial estratégico). Este resultado só pode ser obtido depois de uma tentativa de saída que não se concretize e foi essa demonstração que os defensores da saída permitiram que se fizesse, contribuindo para forçar a UE a assumir novas obrigações e novas ambições de coordenação de políticas e de orientação estratégica para todo o espaço europeu. Estas novas obrigações e ambições já tinham sido antecipadas por Angela Merkel e por Emmanuel Macron, mas ambos foram atingidos pelas circunstâncias antes de poderem desenvolver as suas propostas. Angela Merkel abandonou a liderança do seu partido, mas permanece na chefia do Governo – tem à sua frente um período muito curto para deixar uma mensagem da Alemanha sobre o que dever ser o futuro da UE. Macron ainda está no início do seu mandato presidencial, mas não terá sucesso na resolução da revolta nas ruas se não tiver o apoio da EU para sustentar o que forem as suas políticas, agora formuladas em contexto de emergência. Nestas três crises, é a União Europeia que determinará

o que serão as suas resoluções, nem o RU, nem a Alemanha nem a França poderão encontrar uma resolução satisfatória na base do nacionalismo. Mas também só a UE, no seu conjunto, poderá responder à dupla ameaça da Rússia e dos EUA, aliados no seu objetivo de fragmentar a Europa.

A PASSIVIDADE DE PORTUGAL: O DESTINO NACIONAL NA ÉPOCA DA GLOBALIZAÇÃO

Portugal prosseguiu, neste último trimestre de 2018, na preparação para as eleições europeias e legislativas de 2019, a sua trajetória paradoxal que iniciou após as eleições legislativas de 2015: executa uma política de restrição da despesa para assegurar o equilíbrio orçamental, mas formula um discurso de reversão das anteriores políticas de austeridade, que foram adotadas na sequência das respostas inadequadas à crise de 2008 e da emergência da bancarrota que exigiu o recurso a um programa de ajuda externa em 2011. Esta trajetória paradoxal é eficaz para conquistar o poder, mas não permite exercer o poder, porque as condições de formação da maioria parlamentar, na base de posições conjuntas que sustentam a continuidade do Governo, têm como consequência a renúncia a iniciar reformas estruturais que preparem a economia e a sociedade para explorar as novas oportunidades que se abrem no exterior no processo da globalização. Se a UE foi crucial para Portugal poder sair da emergência da bancarrota, também permitiu à sociedade portuguesa continuar numa rotina de normalidade como se essa emergência não tivesse acontecido, ou fosse um mero acidente que não exigisse reformas estruturais. No entanto, o destino nacional na época da globalização, como acontece em todos os Estados europeus, continua dependente da existência e da qualidade reformadora da União Europeia, na medida em que nenhum Estado europeu tem escala de mercado e dotação de recursos internos para poder operar, no isolamento da soberania nacional, nos mercados mundiais onde se determinam as rotas da modernização e da competitividade.

Portugal prosseguiu a sua trajetória paradoxal que iniciou após as eleições legislativas de 2015: executa uma política de restrição da despesa para assegurar o equilíbrio orçamental, mas formula um discurso de reversão das anteriores políticas de austeridade eficaz para conquistar o poder, mas não permite exercer o poder, porque as condições de formação da maioria parlamentar têm como consequência a renúncia a iniciar reformas estruturais que preparem a economia e a sociedade para explorar as novas oportunidades que se abrem no exterior no processo da globalização.



Neste sentido, a passividade de Portugal, com as suas rotinas de normalidade e de reversão da austeridade, é apenas um interregno, que será interrompido pela evolução da UE— e é para esse fim do interregno que a política, a economia e a sociedade em Portugal terão de se preparar para não voltarem ao regime das oportunidades perdidas por terem adotado trajetórias paradoxais, em que não se pode exercer o poder que se conquista porque se misturam vetores incompatíveis.

PERSPETIVA INTERNACIONAL

Em meados do Inverno, as perspetivas da evolução económica internacional configuravam um cenário de desaceleração mais intenso do que era esperado. A intensidade e o seu faseamento no tempo constituíam incertezas relevantes. A desaceleração decorria, nomeadamente, das medidas de guerra comercial já tomadas, do pessimismo daí decorrente bem como do associado às medidas já “anunciadas” caso ocorresse uma escalada. Naturalmente, caso esta viesse a ocorrer o grau de desaceleração deveria ser bastante acentuado. Também um cenário de “no deal” no processo Brexit poderia ser suficiente para detonar uma crise económico-financeira, não só de âmbito “regional” (europeu) mas com repercussões sistémicas e, portanto, globais, num contexto político-económico de elevada e acrescida imprevisibilidade agravado com tal cenário, “precipitando” a desaceleração.

Em meados do Inverno, as perspetivas da evolução económica internacional configuravam um cenário de desaceleração mais intenso do que era esperado. A intensidade e o seu faseamento no tempo constituíam incertezas relevantes.



O FMI era claramente explícito quanto a essa desaceleração: “*global expansion is weakening*”. Na atualização das suas últimas projeções (de Outubro de 2018) o FMI fazia uma revisão em baixa apontando para um crescimento global de 3.5% em 2019 (contra uma estimativa de 3.7% para o passado ano de 2018) e de 3.6% em 2020. A revisão em baixa era de 0.2 p.p. para 2019 e de 0.1 p.p. para 2020 em relação às anteriores projeções. Os riscos de uma maior revisão em baixa no futuro estavam aumentando. Esta projeção refletia, nomeadamente, uma revisão significativa para a evolução da zona euro, em particular, para a economia alemã. Também o contexto de guerra comercial com restrições e imposições de tarifas detonado pela Administração Trump contribuía decisivamente para o abrandamento do comércio internacional e contribuía para o clima de incerteza que persistia e que poderia agravar-se caso mais restrições/agravamento de tarifas surgissem.

A economia chinesa registou em 2018 uma taxa de crescimento de 6.6%, a mais baixa desde 1990. O valor estava em linha com as projeções feitas mas relevava as preocupações sobre o grau de desaceleração da economia. As projeções do FMI, antes referidas, avançavam com uma taxa de crescimento de 6.2% para 2019 e 2020. O Presidente Trump e o Presidente Xi Jinping tinham acordado, no início de Dezembro de 2018, numa suspensão de

Os EUA percebem que o desenvolvimento científico e tecnológico chinês, em particular nos domínios da Inteligência Artificial e do próximo nível de telecomunicações 5G, porá em causa a supremacia tecnológica e militar norte-americana a médio prazo.

No domínio das telecomunicações, a China associará a tecnologia 5G à sua “Belt and Road Initiative” que suporta infraestruturas e projetos de investimento em quase 70 países e 40% do produto económico mundial.

No domínio da IA, a sua aplicação militar tornará (relativamente) obsoletos muitos sistemas de forças.



aumento de tarifas (a implementar a 1 de Janeiro) por 90 dias para permitir negociações. Estas decorrem – com vista a obviar esse aumento de tarifas e à escalada da guerra comercial – e pretendem conseguir um acordo comercial que reduza o défice norte-americano e, entre outros, proteja a propriedade intelectual (continuamente desrespeitada pelos chineses) e abra o mercado chinês a mais produtos e serviços norte-americanos. Este acordo, além de permitir dismantelar e/ou evitar o agravamento das tarifas e restrições já decididas, revelar-se-ia também decisivo para perceber para onde caminhará a evolução da economia internacional (e dos mercados financeiros), i.e., um rumo favorável ou uma maior desaceleração. Contudo, estas negociações têm por detrás um confronto sobre a futura hegemonia global. Os EUA percebem que o desenvolvimento científico e tecnológico chinês, em particular nos domínios da IA (Inteligência Artificial) e do próximo nível de telecomunicações 5G, porá em causa a supremacia tecnológica e militar norte-americana a médio prazo. No domínio das telecomunicações, a China associará a tecnologia 5G à sua “Belt and Road Initiative” que suporta infraestruturas e projetos de investimento em quase 70 países com consequências profundas em cerca de 40% do produto económico mundial, da Ásia à África “passando” pela Europa. No domínio da IA (“alavancado” por quem dominar primeiro a computação quântica), a sua aplicação militar tornará (relativamente) obsoletos muitos sistemas de forças. Os EUA querem travar estes desenvolvimentos e a via comercial apresenta-se como um recurso estratégico. No entanto, caso não surja um acordo, a própria economia norte-americana sofrerá e Trump quer ser reeleito. Não é de descartar a possibilidade de um acordo que minimize os efeitos económicos (não afetando a recandidatura de Trump) e contribua para atrasar, de algum modo, os referidos desenvolvimentos (adiando, porventura, formas mais “visíveis” do conflito quanto à hegemonia). Neste contexto, a economia chinesa está a desacelerar, podendo a sua taxa de crescimento ficar aquém da projetada pelo FMI, com consequências negativas domésticas, regionais e globais.

Por seu lado a economia norte-americana apresentava uma evolução relativamente favorável. Cresceu a um ritmo anual de 2.9% em 2018, a taxa mais elevada desde a grande recessão, e as projeções do FMI (antes referidas) apresentam uma desaceleração correspondendo a uma taxa de crescimento de 2.5% para 2019. A taxa de desemprego prevê-se nos 4% em Janeiro (a economia tem vindo a acrescentar mais de 200 000 postos de trabalho por mês em 2018) e esta evolução favorável traduziu-se num aumento salarial de 3.2% nos últimos doze meses, o mais elevado desde o

final da recessão em 2009. No entanto, dado que os sinais/projeções apontavam para um menor ritmo de crescimento, o FED admitia ser “paciente” e adotar uma atitude “wait-and-see” em termos de política monetária, não sendo esperado um aumento das taxas de juro do dólar antes da reunião de Setembro.

Em contraste, a economia da zona euro que cresceu a um ritmo de 1.9% em 2018 a sua taxa de crescimento prevista para 2019, 1.3% em termos anuais, nas projeções intercalares de Inverno da Comissão em relação às anteriores projeções. O contexto de incerteza comercial a nível internacional, disrupção no mercado automóvel e tensões sociais e políticas em alguns estados-membros tinham, nomeadamente, conduzido a esta revisão tão acentuada e rápida. A economia alemã escapou a uma recessão (em termos técnicos) ao ver estagnada a sua taxa de crescimento no último trimestre de 2018 depois de ter registado uma contração no terceiro trimestre. Para o conjunto do ano de 2018 cresceu a uma taxa de 1.5% face aos 2.5% em 2017 e a projeção para 2019 continua a apontar para uma desaceleração, correspondendo a taxa de 1.0%. Por seu lado, a Itália entrou em recessão no último trimestre de 2018, refletindo, nomeadamente, as incertezas em termos de investimento resultantes do conflito entre Roma e Bruxelas a propósito do orçamento/défice público italiano para 2019 (o qual tinha conduzido a um agravamento das taxas de juro da dívida italiana). Além destes aspetos e entre outras questões políticas e económicas que afetavam a UE e a Zona Euro, relevem-se os casos da França e do Brexit. A França debate-se com o movimento dos “coletes amarelos” o qual mina, entre outros, a confiança económica do consumo e do investimento, além de fragilizar a posição política francesa e a do seu Presidente Macron. O Brexit constitui um fator de incerteza, doméstico (britânico), europeu e internacional, alimentando deslocalizações de ativos e atividades do território inglês.

Entre outras questões políticas e económicas que afetam a UE e a Zona Euro, relevem-se os casos da França e do Brexit. A França debate-se com o movimento dos “coletes amarelos” o qual mina, entre outros, a confiança económica do consumo e do investimento, além de fragilizar a posição política francesa e a do seu Presidente Macron. O Brexit constitui um fator de incerteza, doméstico (britânico), europeu e internacional, alimentando deslocalizações de ativos e atividades do território inglês.



PERESPECTIVA PORTUGUESA

O quadro das perspetivas para Portugal, quer em termos económicos, quer em termos políticos, vê-se agravado, neste contexto internacional e europeu pleno de incertezas e crescentemente desfavorável. Este quadro interferirá negativamente com a evolução político-económica, dado o elevado grau de exposição da economia portuguesa e a inserção (geo)política de Portugal.

Em termos meramente macroeconómicos, o PIB português cresceu a

uma taxa de 2.1% em 2018, menos 0.7 p.p. que o verificado no ano anterior. Segundo o INE : “...A procura externa líquida registou um contributo de -0,7 p.p. para a variação em volume do PIB (-0,3 p.p. em 2017), verificando-se uma desaceleração das Exportações de Bens e Serviços mais acentuada que a das Importações de Bens e Serviços. O contributo positivo da procura interna diminuiu para 2,8 p.p. (3,1 p.p. em 2017), refletindo o crescimento menos intenso do Investimento. Em termos nominais, o Saldo Externo de Bens e Serviços representou 0,1% do PIB (0,8% em 2017)...”. Esta evolução reflete naturalmente o contexto externo com uma desaceleração maior das exportações do que das importações.

Por seu lado, a taxa de desemprego situou-se em 2018 nos 7.0%, tendo diminuído 1.9 p.p. relativamente a 2017, continuando a revelar uma evolução favorável do mercado de trabalho (em termos mensais a taxa de desemprego de dezembro tinha-se situado nos 6.6%, menos 1.3 p.p. que no mesmo mês de 2017). Ainda, as contas públicas comportaram-se em 2018 conforme os objetivos.

O quadro das perspetivas para Portugal, quer em termos económicos, quer em termos políticos, vê-se agravado, neste contexto internacional e europeu pleno de incertezas e crescentemente desfavorável. Este quadro interferirá negativamente com a evolução político-económica, dado o elevado grau de exposição da economia portuguesa e a inserção (geo)política de Portugal.



Dadas as perspetivas europeias e internacionais antes referidas a economia portuguesa deverá registar uma taxa de crescimento em 2019 inferior em algumas décimas ao valor estimado para 2018 (2.1%). Os nossos principais mercados estão claramente a desacelerar e o clima de incerteza não aparenta desvanecer-se, pelo contrário. Mesmo que surja um acordo comercial entre a China e os EUA que propicie, por si só, um certo desanuviamento, não é seguro que o mesmo se traduza favoravelmente para a Europa e para a Zona Euro. De facto, há uma “trégua” nas relações comerciais euro-americanas e decorrem também negociações. Caso surja o referido acordo sino-americano, o Presidente Trump poderá ver-se “liberto” para uma nova “frente comercial” e pressionar a UE, rompendo a trégua. Em causa, estarão, entre outros, o sector automóvel e o peso que a economia alemã tem neste domínio. Caso Trump avance com um aumento de tarifas sobre a importação automóvel europeia como uma jogada para obter contrapartidas noutros domínios (políticos, para “desestabilizar” ainda mais a UE; económicos, para melhorar o défice norte-americano, e, em particular, tentar vender mais energia à Europa e entrar no mercado europeu dos produtos alimentares) as economias da Zona Euro, nomeadamente da Alemanha e, naturalmente, a portuguesa sofrerão significativamente.

Há ainda o fator Brexit. Porventura, este poderá ter reflexos mais visíveis antes do eventual desfecho das negociações sino-americanas. Em si mesmo, constitui e alimenta incerteza, afetando a economia portuguesa. Numa hipótese de evolução “caótica”, tipo

“no-deal”, os seus reflexos políticos e económicos para Portugal não se contabilizam apenas em décimas...

Em todo este contexto, mantém-se o aspeto positivo de constituirmos um “espaço-refúgio” para pessoas, ativos e atividades. Mas este aspeto apenas poderá suavizar parte das perdas que potencialmente se anteveem.



Naturalmente, as contas públicas não deixarão de refletir a evolução do produto. O respetivo objetivo político muito dificilmente é alcançável. Utilizar desproporcionadamente o instrumento “cativações” para tentar “ser o melhor aluno da turma”, tanto mais que o m(a)estr(o)e é português poderá ser, porventura, uma opção inadequada, quer em termos políticos, quer em termos económicos.

Em todo este contexto, mantém-se o aspeto positivo de constituirmos um “espaço-refúgio” para pessoas, ativos e atividades. Mas este aspeto apenas poderá suavizar parte das perdas que potencialmente se anteveem.

Há ainda a relevar a questão dos “timings” dado que se está em ano de eleições. A revisão em baixa das projeções de crescimento feita pela Comissão para a Zona Euro para 2019 é representativa de que os “timings” do passado não são os do presente. Desconhece-se se os agentes políticos e sociais bem como o eleitorado tem essa perceção.

«O fator Brexit, em si mesmo, constitui e alimenta incerteza, afetando a economia portuguesa. Numa hipótese de evolução “caótica”, tipo “no-deal”, os seus reflexos políticos e económicos para Portugal não se contabilizam apenas em décimas...»

O Hypercluster da Economia do Mar: uma estratégia para Portugal

As linhas de fundo e a atualidade, 10 anos depois

A Economia do Mar em Portugal, embora representando ainda valores muito baixos (entre 3 a 5%, conforme os indicadores económicos), sobretudo tendo em conta o potencial existente, tem vindo, no entanto, a revelar uma dinâmica e uma capacidade acima da média nacional, no apoio ao crescimento da economia portuguesa.

O estudo “O *Hypercluster* da Economia do Mar – Um domínio de potencial estratégico para o desenvolvimento da Economia Portuguesa”, elaborado pela SaeR e editado pela ACL – Associação Comercial de Lisboa (CCIP) em Fevereiro de 2009, constituiu e continua a constituir um marco histórico do pensamento estratégico português e da estratégia nacional para aproveitamento do mar como um recurso endógeno fundamental para Portugal e para o seu futuro económico e político. 10 anos depois e pela sua atualidade, vale a pena lembrar as linhas orientadoras de fundo desse estudo, tal como definidas na altura pelo seu coordenador, o saudoso Professor Ernâni Lopes.

A Economia do Mar em Portugal tem vindo a revelar uma dinâmica e uma capacidade acima da média nacional, no apoio ao crescimento da economia portuguesa. O estudo “O Hypercluster da Economia do Mar – Um domínio de potencial estratégico para o desenvolvimento da Economia Portuguesa” constituiu e continua a constituir um marco histórico do pensamento estratégico português e da estratégia nacional para aproveitamento do mar como um recurso endógeno fundamental para Portugal e para o seu futuro económico e político.



LINHAS DE ORIENTAÇÃO DE FUNDO

1 – Estabelecer uma conceção orientadora

O conceito que está na base de toda a estratégia e que lhe serve de orientação é o de um **Hypercluster da Economia do Mar**. Pela estruturação da sua própria natureza, resulta que apenas a visão holística é eficaz, em que cada componente está relacionado com todos os outros; e, sobretudo, que apenas o conjunto faz sentido.

É este um dos pontos cruciais da conceção estratégica, e também, um dos pontos cruciais que explica a degradação da situação portuguesa face ao mar nas últimas pouco mais de 3 décadas. Com efeito, um dos aspetos mais chocantes, para além do desinteresse, das políticas públicas em relação ao mar, é o carácter fragmentário e disperso das medidas concretas, sem visão de conjunto, nem articulação, nem razão de ser conceptualizada e explícita – em suma: sem qualquer visão estratégica e na ausência total de perceção do carácter holístico da realidade. Como consequência

resulta uma realidade prática, que é uma exigência metodológica: **o todo é obrigatório; tudo é impossível**. Esta frase sintética exprime as restrições práticas à aplicação da visão teórica: certamente, sem a visão holística, estaremos a desperdiçar energias e a cometer erros; mas, seguramente, ninguém, nunca, pode tudo fazer simultaneamente e com a mesma capacidade. Assim, preservando e evidenciando a visão de conjunto, haverá que começar por onde for mais eficaz – e ir atraindo e rebocando os restantes componentes do conjunto, que constitui a referência estratégica.

2 – Estabelecer uma visão

Este é um dos passos mais difíceis e delicados do estabelecimento de qualquer estratégia; está sempre sujeito à dúvida e/ou à crítica do duplo erro: é demasiado prudente, sem chama ou é demasiado ambicioso, sem aderência à realidade. É fácil, quando nada se faz e se manobra para garantir que apenas se comenta o trabalho dos outros, criticar o conteúdo de uma visão estratégica; é difícil estabelecê-la, defendê-la, mantê-la, concretizá-la, torná-la realidade. A visão estratégica proposta e a que tudo está subordinado é: tornar Portugal, na viragem do 1º. para o 2º. Q.XXI, num ator marítimo relevante, ao nível global.

*Estabelecer uma visão
É um dos passos mais difíceis e
delicados do estabelecimento
de qualquer estratégia
. É fácil, quando nada se faz e
se manobra para garantir que
apenas se comenta o trabalho
dos outros, criticar o conteúdo
de uma visão estratégica; é
difícil estabelecê-la, defendê-
la, mantê-la, concretizá-la,
torná-la realidade.*

Para tanto, aquela visão comporta e desdobra-se em sete dimensões principais:

1. o mar como componente identitário da realidade e da existência de Portugal (no passado e no futuro);
2. o mar como espaço gerador de riqueza, poderio e prestígio;
3. o mar como fator estratégico global no séc. XXI;
4. a economia do mar como propulsor do modelo de desenvolvimento da economia portuguesa;
5. (re)colocar o mar no centro do pensamento estratégico português, constituindo fator mobilizador e de coesão nacional;
6. a economia do mar como potenciador da capacidade de resposta, por parte de Portugal, à sua questão estratégica fundamental no 1º.Q.XXI: a capacidade para articular os 4 componentes decisivos da sua geopolítica: Portugal; Europa; África; Brasil;
7. a estratégia para o *Hypercluster* da Economia do Mar, uma tarefa a ser sistematizada e consistentemente conduzida ao longo de todo o 1º. Q.XXI – tendo, sobretudo, permanentemente presente a visão de longo prazo, para além das já menos de duas décadas ainda por correr daquele período.

3 – Reconhecer e enfrentar as realidades

É uma exigência de qualquer estratégia minimamente realista; no caso do *hypercluster* da economia do mar, de forma particularmente intensa, porque o ponto de partida de Portugal é particularmente desfavorável – o que importa combater para criarmos um futuro para o posicionamento estratégico de Portugal nas atividades ligadas ao mar. As questões fundamentais que importa, pois, reconhecer, saber e ter a coragem de enfrentar são as cinco seguintes, a que acrescem, como 6º componente, três mecanismos de compensação:

Reconhecer e enfrentar as realidades é uma exigência óbvia de qualquer estratégia minimamente realista no caso do hypercluster da economia do mar, de forma particularmente intensa, porque o ponto de partida de Portugal é, neste momento, particularmente desfavorável.



1. um facto: Portugal perde, consistentemente, posição na economia do mar desde há mais de 30 anos;
2. um reconhecimento: sobrepõem-se os constrangimentos estruturais da economia portuguesa que se representam (e, por vezes, se aprofundam) nas atividades da economia do mar;
3. um componente decisivo: as insuficiências da estrutura empresarial;
4. um fator pesado de agravamento: a extrema debilidade da atitude política do Estado face às questões estratégicas do mar;
5. e uma realidade ao nível internacional: os efeitos da conjugação, ao longo de três décadas e de resultados convergentes, entre a competição global e o enfraquecimento progressivo da posição portuguesa na economia do mar;
6. mas importa atender a três mecanismos de compensação:
 - a. a localização geográfica;
 - b. a herança histórico-estrutural;
 - c. o sobressalto de consciencialização dos empresários portugueses.

4 – Assegurar a vontade de assumir o desígnio nacional da economia do mar

Neste tópico estão contidos três aspetos, verdadeiramente decisivos, que importa explicitar: a) o significado de “assumir”; b) o carácter de “desígnio nacional”; e c) o comportamento dos atores. Explicitando, teremos então:

- a) “assumir” é um dos elementos constitutivos do triângulo básico de referência da ação humana: compreender/assumir/agir. Está na base da essência de tudo quanto fazemos, mesmo quando de tal não há consciência plena. Ora, precisamente porque queremos que haja plenitude de consciência, por parte de todos os atores, na concretização da estratégia proposta, explicitamos

o triângulo básico e colocámo-lo em evidência; só resta acrescentar que, dos três, o mais exigente é o da dimensão ética, o referente a assumir;

b) é profundamente relevante que se compreenda o carácter de “desígnio nacional” para a estratégia do *hypercluster*; o que está em jogo em termos políticos, histórico-estruturais, económicos e sócio-culturais é demasiado importante e pesado para a indiferença ou a rejeição. É este um combate que caberá a todos os Portugueses que saibam e queiram enfrentar o futuro e o processo da sua construção;

c) o essencial da questão estava, está e estará no comportamento dos atores – de todos os atores.

Assegurar a vontade de assumir o desígnio nacional da economia do mar contém três aspetos, verdadeiramente decisivos: o significado de “assumir”; o carácter de “desígnio nacional”; e o comportamento dos atores.



Clarificados estes aspetos, podemos sistematizar o conteúdo, deste 4º tópico da estratégia formulada, nos seis seguintes componentes:

1. constitui, na prática, um pressuposto indispensável – sem o qual, nada haverá de útil a fazer;
2. trata-se de mobilizar a vontade e de revivificar o comportamento dos atores;
3. requer um esforço coletivo de consciencialização e mobilização dos atores especificamente relevantes e do conjunto da sociedade portuguesa;
4. este esforço deverá mostrar o objetivo central de combater e reverter a situação prevalecente de perda de relevância das questões do mar na sociedade portuguesa;
5. será indispensável garantir um trabalho, em profundidade ao longo de 2 linhas dominantes:
 - a. na difusão, no conjunto da sociedade, do carácter essencial do mar na realidade histórico-estrutural (e, portanto, também económica) de Portugal;
 - b. na ultrapassagem sistematizada, no decurso do tempo, dos constrangimentos em termos de recursos materiais, humanos, financeiros e organizacionais;
6. finalmente, assegurar o essencial: um movimento organizado, dinâmico e polarizador na economia e na sociedade portuguesas que, arrancando com base na iniciativa consciente dos atores empresariais, saiba desenvolver atuação útil e, para tanto, saiba, também, congregar o interesse e o apoio dos responsáveis políticos conscientes.

5 – Agir: que é o cruzamento entre a opção estratégica e o Plano de Ação

Obviamente, esta quinta orientação de fundo é aquela para a qual todas convergem e, em bom rigor, da qual, antes ou depois, cedo ou tarde, explícita ou implicitamente, todas emergem (em resultado das ações ou omissões, ao longo do tempo); a sexta componente é a que rege, diretamente, a ação. Por isso mesmo, na lógica do presente estudo, ela corresponde ao cruzamento entre a opção estratégica definida e o Plano de Ação estabelecido.

A opção estratégica é o mapa do percurso estratégico apresentado na página seguinte, que resume toda a reflexão estratégica sobre o *hypercluster* realizada.

Justificar-se-á explicitar alguns aspetos básicos. Nestes termos:

- a) a visão de conjunto, na sua parte superior, sistematiza as prioridades estratégicas entre os vários componentes do *hypercluster*;
- b) os vetores I traduzem o conjunto de ações iniciais diretas da concretização da estratégia no Plano de Ação;
- c) a parte intermédia da visão de conjunto mostra o papel insubstituível da ação do núcleo sócio-empresarial impulsionador e da sua intervenção junto das estruturas macropolíticas (referidas na última alínea da linha de orientação anterior) e que está expressa no vetor II;
- d) a parte inferior da visão de conjunto mostra aquelas que são as condições de base para a concretização da estratégia (frequentemente ignoradas ou, pelo menos, não explicitadas) – mas que são, verdadeiramente, essenciais, o que fica expresso pela inserção dos vetores III, IV e V.

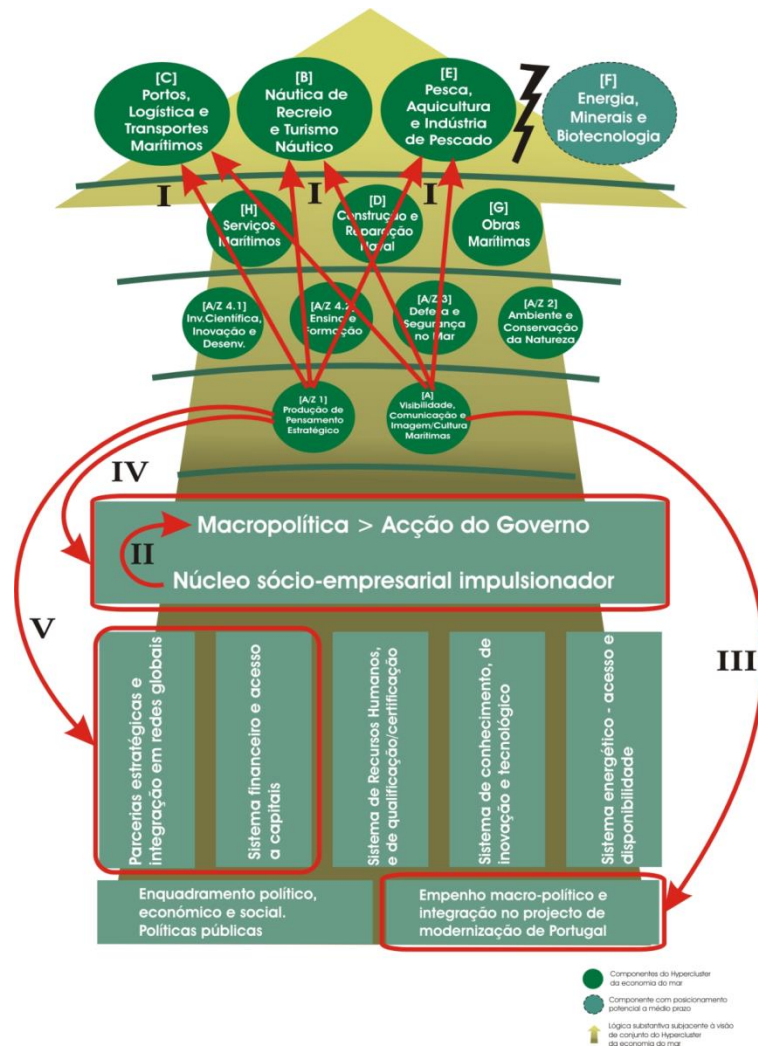
Agir: a orientação de fundo para a qual todas as restantes convergem, rege, diretamente, a ação. Por isso mesmo, corresponde ao cruzamento entre a opção estratégica definida e o Plano de Ação estabelecido, sistematizado em 4 blocos fundamentais: os Planos Prioritários; os Planos de Sustentação Imediata; os Planos de Alimentação; e o Plano Horizonte Mais/Meta-Oceano.



Por seu lado, o Plano de Ação corresponde, por natureza, à materialização da opção estratégica. Desenvolvido ao longo do estudo, é útil referir a sua sistematização, distinguindo, no interior do conjunto do seu Master Plan, 4 blocos fundamentais: os Planos Prioritários; os Planos de Sustentação Imediata; os Planos de Alimentação; o Plano Horizonte Mais/Meta-Oceano.

Para além destes quatro blocos de planos articulados no conjunto do *Master Plan* (em que apenas a sua totalidade faz sentido, como decorre da posição metodológica de fundo), no Plano de Ação e nas Ações de Enquadramento apresentados nos capítulos seguintes, serão ainda explicitados: os objetivos/os instrumentos; os recursos/as capacidades; as dificuldades/os bloqueios/os constrangimentos.

O mapa do percurso estratégico
para o Hypercluster da Economia do Mar



7 - O desenrolar no tempo concreto: concretização/ acompanhamento/ controlo

Esta última linha de orientação estratégica decorre de todas as anteriores e situa-se, toda ela, no terreno concreto da realidade operacional. Quer isto dizer, necessariamente, que se refere a operações posteriores à decisão de efetivação da estratégia – mas que convém deixar, desde já, encaminhadas:

A. Concretização

Quanto à concretização, o que importa especificar é um conjunto de aspetos referentes ao plano e aos atores. Evidentemente, em termos de plano orientador, trata-se de assumir e concretizar o *Master Plan* tal como já anteriormente enunciado.

No que respeita aos atores, haverá que atender a 3 categorias fundamentais: i) as empresas; ii) os aparelhos de poder político

formal; e iii) a sociedade civil organizada. Cada uma destas três categorias é, genuinamente, essencial; mas, naturalmente, no interior de cada uma haverá que especificar os componentes decisivos. Junto de cada um e de modo adequado em função das respetivas naturezas, capacidades e modos de comportamento, haverá que modular a ação a desenvolver, ao longo do tempo.

Deste modo, quanto às empresas, haverá que ter presentes os seguintes aspetos:

1. as empresas constituem os polos geradores de valor acrescentado que pode ser repartido no conjunto da economia;
2. são os atores impulsionadores do desenvolvimento económico e social, a partir da sua capacidade própria de criadoras e reinvestidoras de lucros;
3. na relação entre empresas e mercados, haverá que atender, com particular cuidado, às condições relativas às exigências de competitividade no quadro da competição global e à imposição, por força da realidade, de modelos de cooperação entre empresas – o que implica um papel fundamental do órgão institucional, proposto com a designação de Fórum Empresarial para a Economia do Mar;
4. no quadro da atuação do conjunto dos atores empresariais, a ACL deverá, inexoravelmente, assumir a tarefa de desencadear a construção do *Hypercluster*.

A última linha de orientação estratégica decorre de todas as anteriores e situa-se, toda ela, no terreno concreto da realidade operacional, referindo-se a operações posteriores à decisão de efetivação da estratégia – mas que, em todo o caso, foram deixadas, desde logo, encaminhadas. São elas: a concretização, o acompanhamento e o controlo.



Quanto aos aparelhos de poder político formal, há um trabalho permanente de esclarecimento da fundamentação, motivação de vontades e mobilização de apoios que deverá ser desenvolvido junto de: a) Órgãos de Soberania; b) União Europeia; c) Administração Pública; d) Forças Armadas (em particular a Marinha de Guerra Portuguesa); e e) partidos políticos.

Finalmente, quanto à sociedade civil organizada haverá que desenvolver, sistematizadamente um movimento consistente de criação de contactos, de suscitação de interesse e de demonstração de novas vias de afirmação junto de escolas, universidades e centros/instituições de investigação científica, clubes, movimentos de cidadania, associações ligadas ao mar, sindicatos e organizações patronais.

A ação junto destes múltiplos e vários corpos intermédios, ao longo constituirá um fator pesado de enquadramento – pela simples razão que, se a sociedade civil, no seu conjunto, não compreender e não assumir como sua a estratégia do *Hypercluster*, não será possível atingir o âmago mais fundo do essencial: o revigoramento da

cultura marítima de Portugal e dos Portugueses, a compreensão da riqueza da economia do mar e a revivificação e o aprofundamento, para o futuro, da base histórico-cultural da ligação do Povo Português com o papel do mar na matriz identitária do ser de Portugal.

B. Acompanhamento

O acompanhamento da execução da estratégia será uma verdadeira exigência essencial. Essa responsabilidade caberá, em primeiro lugar, ao Fórum Empresarial. Para tanto este deverá cumprir duas condições elementares:

- por um lado, assegurar-se dos apoios técnicos externos indispensáveis para a eficácia da sua atuação;
- por outro lado, garantir uma cooperação estratégica permanente com as estruturas do poder político formal.

Obviamente, todo o trabalho referente ao acompanhamento por parte do Fórum Empresarial deverá ser devidamente estudado, preparado e progressivamente aprofundado em função da decisão da criação do próprio Fórum e, conseqüentemente, em função da respetiva marcação dos tempos.

C. Controlo

Neste bloco está em causa uma mera função técnica (ainda que relevante) diretamente articulada com o bloco anterior de acompanhamento. Deverá, necessariamente, ser assumida pelo Fórum Empresarial ao qual caberá recrutar os apoios técnicos externos para o bom cumprimento da função. E deverá, também, servir como o mais imediato ponto de partida para uma outra faceta do acompanhamento, esta já não de feição técnica mas de carácter estratégico: a identificação dos ajustamentos/ correções/ adaptações que se imporão, face às realidades da execução. Em bom rigor, esta faceta faz parte integrante da própria conceção (inicial) da estratégia – de outro modo, ficaria desligada do carácter concreto e vivencial da própria realidade, i.e., para pouco ou nada serviria!

A ação junto dos múltiplos corpos intermédios, ao longo do horizonte temporal da estratégia proposta constituirá um fator pesado de enquadramento, pela simples razão que, se a sociedade civil, no seu conjunto, não compreender e não assumir como sua a estratégia, não será possível atingir o seu âmago: o revigoreamento da cultura marítima de Portugal e dos Portugueses, a compreensão da riqueza da economia do mar e a revivificação e o aprofundamento, para o futuro, da base histórico-cultural da ligação do Povo Português com o papel do mar na matriz identitária de Portugal.



A Nova Rota da Seda, a visão da China e Economia do Mar em Portugal

A China de Xi Jinping apresenta uma nova estratégia internacional assente em 4 diretrizes principais: o reforço do multilateralismo; cooperação internacional; maior inclusão e harmonia entre as civilizações e desenvolvimento de uma forma racional da ONU.



China de Xi Jinping apresenta uma nova estratégia internacional assente em 4 diretrizes principais: o reforço do multilateralismo; cooperação internacional; maior inclusão e harmonia entre as civilizações e desenvolvimento de uma forma racional da ONU. Como consequência desta estratégia, a China tem procurado desenvolver um conjunto de reformas junto de organismos já instituídos, para além de criar novas entidades e projetos. Foi no âmbito deste pensamento do governo de Pequim que, já em 2013, surgiu a iniciativa de reativar a histórica Rota da Seda, num novo contexto, atualizado, quer geopolítico quer geoeconómico.

Recentemente, e também como uma resposta alternativa às políticas de protecção económico que constam na administração norte-americana de Donald Trump, com o lema *America First*, o presidente chinês Xi Jinping tem vindo a reafirmar este posicionamento internacional da China, insistindo que os países devem manter e desenvolver uma economia mundial aberta, avisando que o isolamento leva ao atraso político, económico e social. A aposta da China parece assim ser o multilateralismo, com repúdio de todas as formas de protecção e unilateralismo, como foi referido no recente discurso do presidente chinês durante a visita a Portugal.

A Nova Rota da Seda da China, que constitui um instrumento de exportação e afirmação da economia chinesa internacionalmente, a que fizemos já referência em edição anterior deste Relatório SaeR, insere-se nesta estratégia, reavivando a rota da seda por terra e por mar, e retoma o corredor económico que une o Ocidente ao Oriente, que durante séculos foi o eixo que dominou o comércio mundial entre o Extremo Oriente e a Europa, mas que a descoberta do caminho marítimo para a Índia por Vasco da Gama no final do século XV conduziu ao declínio. Esta Nova Rota da Seda consiste, assim, num plano de infraestruturas que inclui ligações rodoviárias, ferroviárias e portuárias, conhecida como a "Faixa Económica da Rota da Seda", e mais recentemente a "Faixa Económica da Rota Marítima da Seda para o Século XXI".

Esta iniciativa abrange países asiáticos, europeus e africanos (quase 70 países) cerca de 4.400 milhões de pessoas, representando cerca de 60% da população mundial. Embora se reiterem as afirmações de

que o projeto não pretende desprezar o continente americano, compreende-se, na dimensão geográfica, económica e geopolítica, a pressão que o projeto projeta sobre os EUA, já que irá naturalmente – e intencionalmente – alargar e promover a afirmação chinesa a nível global, criando uma esfera de influência global. O próprio governo de Pequim afirma tratar-se de uma afirmação da República Popular da China na diplomacia mundial.

Dinamização económica

Os valores económicos que a China pretende disponibilizar para fazer face às exigências do seu projeto da Nova Rota da Seda fazem deste o maior programa de diplomacia económica e *soft power* desde o Plano Marshall, prevendo-se associar um volume económico de 21 mil milhões de dólares.

O investimento apoia-se no “Fundo Rota da Seda”, com cerca de 40 mil milhões de dólares, exclusivo para o projeto, e com origem no orçamento chinês, no recém-criado AIIB (Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura), com um fundo de 100 mil milhões de dólares, e no NDB (Novo Banco de Desenvolvimento), também com um fundo de 100 mil milhões de dólares.

A estes somam-se mais 62 mil milhões de dólares, diretamente das reservas cambiais chinesas para três bancos estatais, com vista ao financiamento da Nova Rota da Seda.

Esta Rota da Seda irá pois, certamente, revolucionar o comércio mundial do século XXI, conferindo oportunidades empresariais que têm tanto de atrativo, como também de exigência na conquista de um bom posicionamento na sua cadeia de valor.

Contexto de Portugal

A relação bilateral entre Portugal e a China caracteriza-se por uma amizade tradicional que tem vindo a crescer e que se encontra num excelente momento histórico. Na recente visita do presidente chinês Xi Jinping a Portugal, o líder chinês afirma que em 2019, na celebração dos 40 anos das relações bilaterais, é preciso aprofundar ainda mais essa relação e cooperação, levando a parceria estratégica global entre Portugal e a China para um novo patamar.

Em maio de 2016, Portugal afirmou a intenção de participar na iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota” com a inclusão do porto de Sines.

O interesse de Portugal neste projeto prende-se essencialmente com o reforço da relação bilateral com a China, aprofundamento do

Embora se reiterem as afirmações de que o projeto não pretende desprezar o continente americano, compreende-se, na dimensão geográfica, económica e geopolítica, a pressão que o projeto projeta sobre os EUA, já que irá naturalmente – e intencionalmente – alargar e promover a afirmação chinesa a nível global, criando uma esfera de influência global.



diálogo político e da conectividade sustentável entre a Europa e a Ásia em vários domínios, estabelecendo-se ainda o interesse em fomentar a cooperação com países terceiros, em regiões como a África e a América Latina. O conselheiro de política externa do Executivo chinês, Lu Fengding, destacou precisamente que Portugal é um dos terminais da Rota Marítima da Seda e o porto de Sines é importante para a ligação da China com a Europa e a África, apresentando assim condições para afirmar a sua centralidade face a esta nova iniciativa que marca uma nova fase de globalização.

Economia do Mar

Esta Rota da Seda irá pois, certamente, revolucionar o comércio mundial do século XXI, conferindo oportunidades empresariais que têm tanto de atrativo, como também de exigência na conquista de um bom posicionamento na sua cadeia de valor.



No ano passado, aquando da visita da ministra do Mar Ana Paula Vitorino à China, o Governo chinês indicou de forma clara que o desenvolvimento da Nova Rota da Seda Marítima é para se realizar de forma integrada com o da Economia Azul. O que quer dizer que, ao longo da Rota, o objetivo é desenvolver a produção e o comércio da economia do mar, de forma a rentabilizar o investimento infraestrutural portuário e logístico chinês.

Além do investimento portuário de Sines e dos restantes portos, existem muitas outras oportunidades empresariais para as empresas portuguesas, as quais se devem posicionar como parte do ecossistema comercial da Nova Rota da Seda Marítima, nomeadamente em setores como a aquacultura, o GNL marítimo, as energias renováveis, o digital marítimo e outros.

A visita do presidente chinês a Portugal veio confirmar que ambos os países encaram a Nova Rota da Seda como um projeto que corresponde aos interesses fundamentais dos dois países. Apesar das diferenças culturais referidas nos discursos presidenciais, os pontos de convergência foram reforçados, fazendo antever uma política de afirmação de uma relação bilateral construtiva, rentável e sustentável para ambas as partes. Esta relação estratégica, agora afirmada com a visita do Presidente Xi Jinping a Portugal, terá novo ímpeto aquando da Visita de Estado à China que o Presidente Marcelo Rebelo de Sousa fará em Abril de 2019, quando participará também na 2ª Edição do Fórum da Cooperação Internacional “Uma Faixa, Uma Rota”, em Pequim, a convite do Presidente Xi Jinping.

Portugal pode, por esta via, consolidar a sua economia no maior recurso que possui, o Mar.

